

## ATA DA 3.<sup>a</sup> REUNIÃO DO CONSELHO DAS ESCOLAS

23 de fevereiro de 2018

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, nos termos do n.º 2 do art.º 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 5/2013, de 29 de agosto, reuniu, em sessão ordinária, pelas onze horas, o Plenário do Conselho das Escolas, no Centro de Caparide em S. Domingos de Rana, sob a presidência de José Eduardo Lemos, a fim de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos, conforme convocatória de nove de fevereiro: \_\_\_\_\_

**Ponto um** - Sessão sobre assuntos relativos à Educação. \_\_\_\_\_

**Ponto dois** - Discussão e aprovação da ata da reunião anterior. \_\_\_\_\_

**Ponto três** - Seleção e recrutamento de docentes do ensino artístico especializado da música e da dança e vinculação extraordinária do pessoal docente para o exercício de funções nas áreas das artes visuais e dos audiovisuais: apreciação e votação de proposta de parecer da Comissão Permanente. \_\_\_\_\_

**Ponto quatro** - Criação do grupo de recrutamento da Língua Gestual Portuguesa: apreciação e votação de proposta de Parecer da Comissão Permanente. \_\_\_\_\_

**Ponto cinco** - Assuntos diversos. \_\_\_\_\_

Estiveram presentes os conselheiros Ana Cláudia Cohen G. B. Caseiro G. Domingos, Anabela Henriques de Matos Soares, António Manuel M. Castel-Branco Ribeiro, António Ventura dos Santos Pinto, Carlos Jorge Pires Percheiro, Fátima do Céu Carola Moreira Pinto, Fernando Filipe de Almeida, Fernando Paulo Mateus Elias, Francisco Manuel Cortez B. La Féria e Oliveira, Idalécio Lourenço dos Santos Nicolau, João Alberto Chaves Caiado Rodrigues, João Paulo Ramos Duarte Mineiro, Joaquim Tomaz, Jorge Manuel de Sousa do Nascimento, José Alfredo Rodrigues Mendes, José António de Sousa, José Eduardo Lemos de Sousa, José Manuel Batista Carreira, Lucinda Maria Mendes Ferreira, Luís Henrique Cardoso Fernandes, Margarida Ana Valente Fonseca, Maria Celeste Gonçalves Simões de Sousa, Maria Isabel Tavares P. Almeida Le Gué, Maria José Lopes Albuquerque Passos Ascensão, Maria Júlia Ferreira Gradeço, Maria Manuela Vieira Machado e Rosalina de Jesus Rodrigues Pinheiro, num total de vinte e sete.

**Ponto um - Sessão sobre assuntos relativos à educação.** \_\_\_\_\_

Neste primeiro ponto da ordem de trabalhos, na presença do Sr. Ministro da Educação, da Sra. Secretária de Estado Adjunta e da Educação e do Sr. Secretário de Estado da Educação, o Presidente do Conselho deu início à reunião, cumprimentando a equipa ministerial, presente na mesa, e todos os presentes. \_\_\_\_\_

O Presidente informou o Plenário de que tinha dirigido um convite ao Sr. Ministro da Educação, extensivo à sua equipa, para estar presente nesta reunião de início de mandato do

Conselho das Escolas, ocasião privilegiada para apresentar as medidas de política educativa que entendesse pertinentes e responder a questões que os Conselheiros considerassem relevante apresentar. \_\_\_\_\_

Agradeceu ao Senhor Ministro da Educação e à sua equipa a boa recetividade ao convite e a disponibilidade demonstrada para estarem presentes nesta reunião. \_\_\_\_\_

Tomou a palavra o Sr. Ministro da Educação, Doutor Tiago Rodrigues, que saudou os presentes e referiu que era com muito gosto e interesse que ele e os Senhores Secretários de Estado, ali presentes, participavam na reunião. Sublinhou a relevância do Conselho e a importância de uma boa comunicação entre este órgão e o Ministério da Educação. \_\_\_\_\_

Referiu que se fala muito em sucesso escolar mas também em equidade e que esta é muito importante para que se possa dar a todos os alunos uma resposta adequada e que é necessário trabalhar para esses objetivos. Afirmou que é necessário haver um bom clima entre a tutela e o Conselho das Escolas para que no futuro ninguém possa pôr em causa a existência deste órgão, que considerou prioritário. \_\_\_\_\_

Fez um balanço da implementação e do desenvolvimento do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE) e do envolvimento das Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas, tendo sido realizado um trabalho exaustivo com todas as Autarquias para uma convergência dos seus planos municipais e intermunicipais com os planos dos Agrupamentos e das Escolas, tendo ainda referido a grande aposta na formação. \_\_\_\_\_

Mencionou a aposta feita na Educação Pré-Escolar, aumentando a oferta em todo o território nacional para que esta seja também de qualidade. \_\_\_\_\_

A Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Doutora Alexandra Leitão, mencionou o esforço muito grande realizado em articulação com os Municípios para levar a cabo esta aposta, tendo solicitado aos membros do Conselho, e por seu intermédio a todos os Diretores, que sinalizem o défice que pudessem ter na cobertura da Educação Pré-Escolar. \_\_\_\_\_

O Senhor Ministro entende que o encerramento de Escolas com número muito reduzido de alunos tem que ser trazido para cima da mesa, por razões pedagógicas, tendo-se em atenção o número de crianças e também as distâncias que têm de percorrer, sendo que qualquer ação deve ser levada a cabo em articulação com os Municípios e as Escolas. \_\_\_\_\_

Referiu-se ao projeto-piloto de autonomia e flexibilidade curricular, mencionando que é dada a possibilidade às Escolas de fazerem a gestão flexível de vinte e cinco por cento do currículo e que esta é uma oportunidade que pode levar a Escola a outras autonomias. \_\_\_\_\_

O Senhor Secretário de Estado da Educação, Doutor João Costa, afirmou que este trabalho começou com dois anos de muita discussão e recolha de dados a partir das Escolas, envolvendo Professores, Associações Científicas e Alunos. Presentemente, estão a dar corpo ao que afirmaram desde o início, ou seja, dar confiança aos Diretores e às Escolas. Tem sido realizado um trabalho de monitorização das Escolas envolvidas, verificando-se resultados muito interessantes e tendo surgido uma multiplicidade de soluções, na generalidade dos casos, projetos de Escolas e não de pessoas. \_\_\_\_\_

O relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico OCDE recomenda a generalização, mantendo-se o acompanhamento com base em “escolas-farol”. Este projeto é acompanhado com muita formação e está a ser desenvolvido entre a Direção-Geral de Educação e a Direção-Geral de Administração Educativa um plano de formação para liderança pedagógica. \_\_\_\_\_

O Senhor Ministro mencionou outras medidas para um ensino de qualidade, nomeadamente, que está prevista uma redução de alunos por turma, no próximo ano, a começar no início de



cada ciclo; no sentido de garantir a igualdade de oportunidades, o Ministério criou um terceiro escalão de Ação Social Escolar e um conjunto de medidas sociais; verifica-se uma melhoria da qualidade dos refeitórios escolares. A Senhora Secretária de Estado complementou referindo que a gratuitidade dos manuais vai abranger também o segundo ciclo, sendo que a Escola consulta as livrarias locais ou outras que queiram aderir entregando *vouchers* aos pais e encarregados de educação, que poderão adquirir os manuais nas livrarias da sua escolha. Espera-se que o número de reutilização dos manuais escolares melhore. Realçando a importância da melhoria da qualificação das pessoas, o Ministério da Educação está a edificar o programa Qualifica e a educação de adultos com o objetivo de abranger meio milhão de adultos até 2020 e cerca de trezentos Centros Qualifica. \_\_\_\_\_

Sobre as obras de reabilitação das Escolas, o Senhor Ministro afirmou que neste quadro comunitário há trezentos e cinquenta milhões disponíveis, contra os dois mil e duzentos milhões do quadro anterior. Realçou as dificuldades do mapeamento mas também da execução das obras já que vários concursos ficam desertos. O facto de as obras estarem a ser feitas pelas Autarquias acrescenta vantagens de proximidade com as Escolas. \_\_\_\_\_

A valorização dos recursos humanos através de medidas concretas tem um impacto muito grande na vida das Escolas, dando como exemplo de uma das medidas a realização de um novo concurso de vinculação extraordinária para docentes. Os assistentes operacionais devem ser em número suficiente e de qualidade, pois são fundamentais. Este ano foi possível às Escolas renovarem os contratos com os técnicos especializados. \_\_\_\_\_

Ao nível do Desporto Escolar houve também um grande reforço de horas nos centros de formação desportiva, entre outras medidas importantes como a rede de bibliotecas escolas e o plano nacional de leitura. \_\_\_\_\_

Lembrou a importância do Orçamento Participativo no envolvimento dos alunos nos processos de tomada de decisões da Escola. \_\_\_\_\_

Agradeceu aos Diretores todo o trabalho realizado na sequência do descongelamento das carreiras um processo complexo, muito importante e positivo para o pessoal docente e não docente, reafirmando a grande confiança que deposita nas Escolas e nos seus Diretores. \_\_\_\_\_

O Senhor Secretário de Estado referiu-se ao diploma de Educação Inclusiva que teve como base grupos de trabalho, criados para o efeito, e que foi sendo construído reunindo o mais alargado consenso sobre esta matéria e que se encontra em processo legislativo. Está a ser lançado um manual de práticas e formação para todos os profissionais envolvidos. \_\_\_\_\_

O Senhor Ministro terminou a sua intervenção reafirmando a confiança que o Ministério da Educação tem nas Escolas, nos professores e nas lideranças. \_\_\_\_\_

Após esta apresentação, passou-se a um período de intervenções dos conselheiros. \_\_\_\_\_

O conselheiro Carlos Percheiro considerou que é muito importante começar a dar aos professores e aos Diretores formação para liderança pedagógica. \_\_\_\_\_

O conselheiro Fernando Elias afirmou que o lançamento do ano letivo e a legislação afim não devem implicar muitas alterações e deve ser feito em tempo útil e adequado. Defendeu que os assistentes técnicos são escassos e pouco qualificados, nomeadamente para o tratamento de certas matérias com que as Escolas se vão confrontando, como é o exemplo das novas regras da contabilidade pública. Concluiu com as necessidades que as Escolas sentem ao nível dos recursos materiais e da renovação do equipamento informático. \_\_\_\_\_

O conselheiro Francisco La Féria usou da palavra para afirmar que se sente a necessidade de apoio de Técnicos Oficiais de Contas e de assistência jurídica para a atividade das Escolas e dos seus Diretores. Também referiu o facto de o gozo de férias dos Diretores estar limitado, uma



vez que os Subdiretores têm componente letiva condicionando a sua disponibilidade para os substituírem. \_\_\_\_\_

A conselheira Ana Cláudia Cohen deu os parabéns à equipa ministerial pois considera que foi feito muito em dois anos. Entende que há indefinições sobre o alargamento da flexibilização no ano de 2018/2019, nomeadamente como é que as Escolas podem aderir e em que condições. Pediu que não seja cortado o crédito horário das Escolas. \_\_\_\_\_

O conselheiro António Castel-Branco entende que o concurso para os quadros de zona pedagógica deve ser clarificado. Alertou para possíveis consequências de injustiça do reposicionamento dos docentes que entraram na carreira depois de dois mil e onze relativamente a outros que já lá estavam e que têm o mesmo tempo de serviço. \_\_\_\_\_

O conselheiro José Alfredo Mendes questionou por que razão, sendo o Desporto Escolar subsidiado pela Santa Casa da Misericórdia, as verbas atribuídas não chegam a cinquenta por cento da despesa total efetuada. Referiu, ainda, que as ofertas de dupla certificação trazem trabalho administrativo adicional e que as Escolas, porque não têm pessoal qualificado, recorrem a apoio externo, o que não poderá acontecer se o recente corte de financiamento se estender a todo o quadro comunitário. \_\_\_\_\_

O conselheiro Jorge Nascimento referiu a dificuldade de se fazer substituição de professores, já que os concursos ficam desertos. Lembrou que já em mil novecentos e oitenta e nove se falava em autonomia, embora num contexto ideológico diferente. Entende que para haver sucesso escolar a avaliação tem que mudar. \_\_\_\_\_

O conselheiro João Paulo Mineiro realçou a importância da autonomia e da gestão flexível do currículo que deve ser alargada a todas as Escolas. É uma oportunidade que não deve ser desperdiçada. Está satisfeito com o reforço do Plano Nacional de Leitura e das Bibliotecas Escolares. \_\_\_\_\_

O conselheiro José António Sousa considera muito importante a formação dos Coordenadores Técnicos e questionou se as matrículas serão efetuadas em suporte eletrónico ou em papel. \_\_\_\_\_

A conselheira Maria José Ascensão alertou para a produção dos manuais em braille já que estes chegam tarde às Escolas ou não chegam de todo, pelo que esta é uma área que deve ser melhorada. Também os transportes escolares devem prever a participação dos alunos cegos e com baixa visão no desporto escolar. \_\_\_\_\_

A conselheira Margarida Fonseca considera que há uma discriminação no Orçamento Participativo já que para a atribuição de verba, no presente ano letivo, apenas são considerados os alunos do ensino diurno. \_\_\_\_\_

O conselheiro Fernando Almeida alertou para o facto de a atribuição de alguns recursos humanos pela estrutura de Missão do PNPSE não estar a ser validada pela Direção de Serviços da Região Norte da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. \_\_\_\_\_

A conselheira Júlia Gradeço mencionou que se deveria atender à problemática da entrada de crianças com cinco anos de idade no primeiro ciclo. Considerou que é muito importante haver uma reunião, antes do início do ano letivo, entre Diretores e a Inspeção-Geral de Educação e Ciência. \_\_\_\_\_

O Presidente agradeceu as palavras de confiança nas Escolas e nos seus Diretores, por parte do Senhor Ministro. Afirmou que nas suas deliberações e pareceres, mesmo nos casos em que são críticos relativamente às posições do Ministério, o Conselho das Escolas não deve ser visto como um órgão de oposição, mas sim como um órgão que existe para defender aquilo que considera serem os interesses das Escolas. \_\_\_\_\_



O Senhor Ministro informou que algumas das questões agora colocadas pelos senhores conselheiros serão esclarecidas numa ronda de reuniões com os Diretores a realizar em março. Relativamente aos manuais em braille, há um protocolo com a Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal, mas faltam recursos humanos com capacidade para realizarem esse tipo de trabalho, pelo que o processo é extremamente moroso. \_\_\_\_\_

A Senhora Secretária de Estado informou que, sobretudo na zona de Lisboa, em muitos grupos de recrutamento as listas estão exauridas, razão pela qual não se verificam as respetivas colocações pela Direção-Geral da Administração Escolar (DGAE). Relativamente às matrículas a aposta será no formato eletrónico mas continuarão a ser aceites em papel. Reconhece que o problema dos assistentes técnicos e da assistência jurídica e informática são dos maiores desafios com que as Escolas hoje se deparam. \_\_\_\_\_

O Sr. Ministro voltou a realçar as questões da autonomia e a importância da mesma para as Escolas. \_\_\_\_\_

Não havendo mais intervenções por parte do Senhor Ministro da Educação e dos Senhores Secretários de Estado, o Presidente agradeceu as palavras do Senhor Ministro para com o Conselho das Escolas e reiterou a disponibilidade e o interesse do Conselho das Escolas em responder afirmativamente às solicitações do Ministério da Educação. Seguidamente, pelas catorze horas, O Presidente do Conselho suspendeu a reunião até às quinze horas e trinta minutos, para almoço. \_\_\_\_\_

Retomou-se a reunião à hora prevista, agora sem a equipa ministerial, dando continuidade à ordem de trabalhos. \_\_\_\_\_

**Ponto dois – Discussão e aprovação da ata da reunião anterior.** \_\_\_\_\_

Depois de discutida a proposta de ata da reunião, previamente enviada a todos os conselheiros, a mesma foi posta à votação tendo sido aprovada por unanimidade pelos elementos presentes na reunião anterior. \_\_\_\_\_

**Ponto três – Seleção e recrutamento de docentes do ensino artístico especializado da música e da dança e vinculação extraordinária do pessoal docente para o exercício de funções nas áreas das artes visuais e dos audiovisuais: apreciação e votação de proposta de Parecer da Comissão Permanente.** \_\_\_\_\_

O Presidente apresentou a proposta de parecer fundamentando a linha seguida. Sublinhou o facto de no Orçamento do Estado pela primeira vez se prever a vinculação no final de três contratos ou um contrato e duas renovações, independentemente do grupo de docência, tal como o Conselho vem a defender desde 2016. Considerou que o recrutamento e a vinculação dos professores de música, dança, artes visuais e audiovisuais é uma medida positiva porque favorecerá a estabilização dos quadros da Escola. \_\_\_\_\_

De seguida, o Presidente abriu a discussão ao Plenário, tendo a conselheira Ana Cláudia Cohen referido que tinha uma dúvida relativamente ao ponto cinco das conclusões, uma vez que o mesmo dizia respeito apenas às Escolas Artísticas. \_\_\_\_\_

O Presidente esclareceu que o número cinco das conclusões se refere a todas as Escolas. \_\_\_\_\_

A conselheira Lucinda Ferreira afirmou que discorda com a redação desse ponto, pois considera que no projeto de Decreto-Lei nunca é mencionado que o referido concurso surge de necessidades das Escolas. \_\_\_\_\_

O Presidente explicou que a questão tem a ver com a legislação dos concursos, a qual prevê a antecipação, exclusivamente, no caso de haver necessidades das Escolas. \_\_\_\_\_

O conselheiro Fernando Almeida mencionou os problemas com que as Escolas, principalmente as do interior do país, se debatem sempre que ocorrem concursos, devido às movimentações



dos docentes, pelo que esta antecipação do concurso interno será, na sua opinião, um fator de destabilização organizacional e pedagógica. \_\_\_\_\_

O conselheiro António Ventura explicitou porque é que a antecipação dos concursos não responde às necessidades das Escolas, mas sim à dos professores. \_\_\_\_\_

O conselheiro António Castel-Branco acha que devemos ser mais claros, afirmando inequivocamente que não concordamos com esta antecipação do concurso interno. \_\_\_\_\_

A conselheira Lucinda Ferreira entende que tendo em conta que houve alteração da aplicação das regras do concurso interno sem que os professores fossem avisados e porque prefere ter na Escola professores satisfeitos do que insatisfeitos, deve haver antecipação do concurso interno. \_\_\_\_\_

A conselheira Ana Cláudia Cohen afirma que não deve ser tomada uma posição tão contra o concurso pois há muitos professores insatisfeitos. \_\_\_\_\_

A conselheira Rosalina Pinheiro considera o Parecer muito bem feito, como já é habitual, e que deve haver uma clarificação dos grupos de recrutamento. O grupo quinhentos e trinta comporta professores de diferentes formações e as Escolas que têm ensino profissional sentem muitas dificuldades em fazer a contratação dos docentes incluídos neste grupo de recrutamento. Quanto à antecipação do concurso interno discorda completamente, pois vai provocar muitas movimentações de docentes do quadro. \_\_\_\_\_

O conselheiro Fernando Elias entende que na qualidade de representantes das Escolas temos que ver se este enquadramento interessa às Escolas. A reparação de um ato administrativo mal conduzido não pode nem deve prejudicar o normal funcionamento das Escolas. \_\_\_\_\_

O conselheiro Jorge Nascimento sublinha a generosidade do articulado do ponto cinco que considera equilibrado pelo que está completamente de acordo. \_\_\_\_\_

Não havendo mais inscrições para uso da palavra, o Presidente submeteu à votação final o Parecer da Comissão Permanente, tendo sido aprovado com vinte e seis votos a favor e um voto contra da conselheira Lucinda Ferreira que apresentou a seguinte declaração de voto: “Não concordo com o teor do ponto 5 das conclusões porque reconhecendo que a estabilidade do corpo docente é importante para as duas partes - escolas e docentes – tenho de assumir que tendo em conta o contexto que ocorreu no ano anterior em termos de concurso de colocação de docentes considero que é necessário que neste ano se proceda à aplicação da alínea c) do ponto 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 132/2012. Por essa razão considero que este ponto devia ser retirado deste documento.” \_\_\_\_\_

**Ponto quatro – Criação do grupo de recrutamento da Língua Gestual Portuguesa: apreciação e votação da proposta de Parecer da Comissão Permanente.** \_\_\_\_\_

O Presidente depois de uma breve introdução ao Parecer passou a palavra ao conselheiro Fernando Elias que acrescentou algumas notas explicativas considerando que a criação deste grupo é uma vantagem para as Escolas e que dignifica os seus profissionais. \_\_\_\_\_

O Presidente colocou o documento à discussão do plenário. Não tendo nenhum conselheiro pedido a palavra para intervir, o parecer foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_

**Ponto cinco – Assuntos diversos.** \_\_\_\_\_

O Presidente deu a conhecer a mensagem enviada à Diretora-Geral da Administração Escolar (DGAE) pela Diretora da Escola Secundária Rainha Dona Amélia, de Lisboa, informando aquela entidade de que não lhe seria possível cumprir o novo prazo para lançamento dos dados relativos à progressão dos docentes, por razões que se prendem com as carências de pessoal nos Serviços e com a antecipação do prazo inicialmente estabelecido pela DGAE. \_\_\_\_\_





Deu também conhecimento das informações que tinha remetido ao senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, uma relativa à Petição n.º 399/XIII/3.ª – Criação da disciplina de Educação Mental, outra relativa à petição n.º 430/XIII/3.ª – Falta de assistentes operacionais. \_\_\_\_\_

Informou que aceitou o convite da Rede para o Desenvolvimento dos Novos Paradigmas da Educação para participar em debate sobre descentralização, em 23/03/2018, no Clube dos Fenianos, no Porto. Aceitou, igualmente, o convite do Instituto Politécnico do Porto para participar em debate, em 14/04/2018, subordinado ao tema “O modelo de gestão das Escolas – Uma Década em Análise”. \_\_\_\_\_

Transmitiu aos presentes que foram comunicados aos presidentes dos diversos órgãos o nome e contacto dos conselheiros nomeados em representação do Conselho das Escolas. \_\_\_\_\_

Deu a conhecer a troca de correspondência com o Gabinete do Senhor Ministro da Educação sobre a necessidade da emissão dos Pareceres anteriormente aprovados, relativos a projetos de Decreto-Lei que, era público, o Governo havia aprovado em recente reunião do Conselho de Ministros. Concluiu afirmando que a questão tinha sido sanada com a resposta da Chefe de Gabinete do Senhor Ministro, na qual se mantinha o pedido para emissão dos referidos pareceres. \_\_\_\_\_

A conselheira Lucinda Ferreira considerou que o Plenário devia ter tido informado desta correspondência antes de se terem discutido e votado os Pareceres, uma vez que os Decretos-Lei que suscitaram o pedido de parecer já tinham sido aprovados em Conselho de Ministros. \_

O conselheiro Jorge Nascimento percebe e subscreve a indignação da conselheira Lucinda Ferreira relativamente ao facto de não ter sido dado conhecimento, antes da discussão e votação dos Pareceres, de que já tinham sido aprovados os documentos que lhes deram origem. \_\_\_\_\_

O conselheiro Fernando Elias afirmou que não houve má-fé da parte de ninguém mas que este é também um processo de aprendizagem. Acha que devemos dar o benefício da dúvida, uma vez que ainda hoje foi afirmado pelo Senhor Ministro que confia e conta com o Conselho das Escolas. \_\_\_\_\_

O Presidente compreende a argumentação dos conselheiros Jorge Nascimento e Lucinda Ferreira mas considera que se está a discorrer sobre uma falsa questão, uma vez que, tendo os Pareceres sido formalmente pedidos pelo Ministério da Educação e, suscitada a dúvida por parte do Presidente, não tendo o Ministério alterado o seu pedido, entendeu aquele ser dever do Conselho dar cumprimento ao solicitado. \_\_\_\_\_

Os conselheiros José António Sousa e Jorge Nascimento retiraram-se da reunião devido a compromissos anteriormente assumidos. \_\_\_\_\_

A conselheira Júlia Gradeço considera que, se essa informação tivesse sido dada mais cedo pelo Presidente, os pareceres não teriam sido se calhar, tão imparciais como foram, pelo que concorda com o “*timing*” em que esta informação foi prestada. \_\_\_\_\_

Tomou a palavra o conselheiro Joaquim Tomaz para defender que deveria haver uma manifestação de repúdio pela forma como todo o processo de calendarização do descongelamento da carreira foi dado a conhecer aos Diretores. \_\_\_\_\_

A conselheira Anabela Soares considera que as questões de confiança ficaram postas em causa nalgumas comunicações da Administração Central. \_\_\_\_\_

O conselheiro António Castel-Branco regista a disponibilidade que a equipa ministerial teve para se reunir com o Conselho das Escolas. \_\_\_\_\_



O conselheiro Carlos Percheiro considera que os temas que os conselheiros queriam colocar ao Sr. Ministro foram comprometidos pela escassez de tempo. \_\_\_\_\_

O Presidente teme que na sequência do apressado processo de recenseamento docente da responsabilidade da DGAE, muitos Diretores possam vir a serem incomodados por eventuais falhas de lançamento de dados. Defendeu que se deve refutar responsabilidades, devido à deficiente forma como todo o processo foi conduzido. \_\_\_\_\_

Não se registando mais intervenções, e após a leitura e aprovação da ata em forma de minuta, o Presidente deu por encerrada a sessão pelas dezassete horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Fernando Filipe de Almeida que a secretariei, e por José Eduardo Lemos, que presidiu.

Fernando Filipe de Almeida \_\_\_\_\_

José Eduardo Lemos \_\_\_\_\_

